

Comunismo Anarquista: Sua Base e Princípios

Piotr Kropotkin

1891

Conteúdo

I	3
II	12
Nota Adicional ao “Comunismo Anarquista”	21
Notas	23

I

O anarquismo, o sistema socialista sem governo, tem uma origem dupla. É um ramo dos dois principais campos de pensamento no econômico e político que caracterizou o século XIX e, especificamente, a segunda metade. Em comum com todos os socialistas, os anarquistas afirmam que a propriedade privada da terra, capital e maquinário já teve seu tempo; eles estão condenados a desaparecer, e tudo o que é necessário para a produção deve, e será, uma propriedade comunal da sociedade, sendo administrada coletivamente pelos produtores de riqueza. E em comum com os representantes mais avançados do radicalismo político, eles sustentam que o ideal da organização política da sociedade é reduzir as funções do governo ao mínimo, recuperando a plena liberdade individual de iniciativa e ação para satisfazer, através de grupos e federações, livremente constituídas, as necessidades infinitas dos seres humanos.

Como provenientes do socialismo, a maioria dos anarquistas chegou a suas conclusões finais, isto é, a completa negação do sistema salarial e do comunismo. E em relação à organização política, ligada ao seu desenvolvimento total do programa político radical acima mencionado, chegaram à conclusão de que o objetivo final da sociedade é a redução das funções do governo ao nada – isto é, a uma sociedade sem governo, a *anarquía*. Os anarquistas sustentam, além disso, que tal princípio de organização social e política não deve ser subordinado a um tempo futuro, mas apenas àquelas transformações em nossa organização social que estão de acordo com o duplo ideal proposto, e que suponha que uma abordagem a ele possa mudar o modo de vida e supor um benefício para o bem-estar comum.

O método seguido pelos pensadores anarquistas é completamente divergente do seguido pelos utopistas. Os pensadores anarquistas não confiam em conceitos metafísicos (como *direitos naturais*, as *obrigações do Estado* e coisas semelhantes) para estabelecer o que são, segundo eles, as melhores condições para alcançar a mais alta felicidade humana. Eles seguiram, ao contrário, o curso marcado pela moderna filosofia da evolução, sem se mover, no entanto, pelo caminho elusivo das analogias simples que Herbert Spencer usou tanto. Eles estudaram a sociedade humana da atualidade e no passado; e sem dotar a humanidade, individual ou coletivamente, com qualidades superiores que não possui em si, eles consideraram a sociedade como uma agregação de organismos que tentam encontrar a melhor maneira de combinar interesses individuais com aqueles de cooperação para o bem-estar da espécie. Eles estudaram a sociedade e tentaram descobrir suas tendências, tanto no passado como no presente, suas necessidades de crescimento, intelectual e econômico, e de acordo com seus princípios, os pensadores anarquistas simplesmente apontaram o caminho que a evolução seguirá. Eles distinguiram entre as verdadeiras necessidades e tendências do grupo humano, e quais são os acidentes (necessidade de conhecimento, migrações, guerras, conquistas) que impedem que essas tendências sejam satisfeitas ou temporariamente paralisadas. E eles concluíram que as duas tendências mais notáveis, geralmente inconscientemente, ao longo da história foram: a primeira, uma tendência à produção de toda a riqueza de maneira comunitária, de tal forma que, enfim, a parte da produção que responde ao esforço individual do coletivo não seja diferenciada; e o segundo, uma tendência à plena liberdade individual para alcançar todos os seus objetivos, o que beneficiará tanto o indivíduo quanto a sociedade como um todo. O ideal do anarquista é, portanto, uma simples sinopse do que ele considera ser a próxima fase da evolução. Não é, portanto, uma questão de fé, mas de debate científico.

De fato, uma das características mais marcantes deste século é a expansão do socialismo e o rápido desenvolvimento de abordagens socialistas entre a classe trabalhadora. Não poderia ser de outra maneira. Temos assistido nos últimos setenta anos a um aumento súbito e inigualável de nossa capacidade de produção, o que significou um acúmulo de riqueza que superou as expectativas mais promissoras. No entanto, devido ao nosso sistema salarial, esse aumento nos bens – produto do esforço combinado de cientistas, gerentes e trabalhadores como um todo – deu origem a uma acumulação de riqueza sem precedentes nas mãos dos capitalistas, enquanto o aumento da miséria e da instabilidade é a característica do proletariado. Os trabalhadores não qualificados, em sua busca contínua pelo trabalho, caíram em uma esfera de pobreza inigualável. E mesmo os artesãos bem remunerados e trabalhadores qualificados, que, sem dúvida, desfrutam de uma vida mais confortável hoje, trabalham sob a constante ameaça de cair, a qualquer momento, nas mesmas condições dos trabalhadores empobrecidos não qualificados, como consequência de uma das repetidas e inevitáveis flutuações da indústria e dos caprichos do capital.

O abismo entre os modernos milionários que desperdiçam o produto do trabalho em magníficos e vãos luxos, e os despossuídos que viram sua existência reduzida à miséria e à insegurança, cresce cada

vez mais, tanto que veio para quebrar a unidade da sociedade – a harmonia de sua evolução – e ameaça o progresso de seu desenvolvimento futuro.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores estão se tornando menos predispostos a apoiar essa divisão social em duas classes, tornando-se cada vez mais conscientes da capacidade da indústria moderna de produzir bens, do papel desempenhado pelo trabalho na produção dessas riquezas e sua própria capacidade de organização. Em relação direta com a maior participação de diferentes classes sociais nos assuntos públicos e a disseminação do conhecimento entre as massas, o proletariado espera que a igualdade social seja maior e sua demanda por reorganização social seja cada vez mais intensa. Eles não podem mais ser ignorados. Os trabalhadores exigem sua parte das riquezas que produzem; eles exigem sua participação na gestão da produção; e não exigem apenas algumas migalhas dos bens, mas seu direito absoluto ao pleno desfrute da ciência e da arte. Essas demandas, que até agora eram apenas mantidas pelos reformadores sociais, fazem com que a minoria, que cresce a cada dia, trabalhe nas fábricas e até no campo. E ao concordar com nosso senso de justiça, ela encontrou o apoio de uma minoria crescente entre as próprias classes privilegiadas. O socialismo tornou-se, assim, a ideia do século XIX, e nenhuma coerção ou pseudorreforma pode impedir sua futura expansão.

Muitas esperanças de melhoria foram depositadas, é claro, na extensão dos direitos políticos entre a classe trabalhadora. No entanto, essas concessões, sem serem garantidas pelas correspondentes mudanças nas relações econômicas, irá, sem dúvida, levar à decepção. Estas concessões não melhorarão as condições de vida da maioria dos trabalhadores. Portanto, a palavra de ordem do socialismo é: *a liberdade econômica é a única base segura para a liberdade política*. E enquanto o atual sistema salarial, com suas terríveis consequências, permanece inalterado, a proclamação socialista continuará a mobilizar o proletariado. O socialismo continuará a se expandir enquanto seu programa não for realizado.

Combinado a esse imenso movimento de pensamento econômico, um movimento semelhante ocorreu em relação aos direitos e à organização política e às funções do governo. O governo sofreu as mesmas críticas que o capital. Enquanto a maioria dos radicais vê no sufrágio universal e nas instituições republicanas os últimos marcos da renovação política, alguns deram um passo adiante. Todas as funções do governo e do Estado, bem como suas relações com os indivíduos, foram objeto de críticas profundas. O governo representativo, ao generalizar-se, destacou seus defeitos. Ficou claro que esses defeitos não são simplesmente acidentais, mas, pelo contrário, inerentes ao próprio sistema. O parlamento e seu executivo têm sido incapazes de lidar com as numerosas questões da comunidade e conciliar a diversidade de interesses, e às vezes opostos, de diferentes partes do Estado. Tornou-se claro que as eleições não permitem encontrar as pessoas que podem representar a nação, e atender, independentemente dos interesses do partido, as questões sobre as quais se deve legislar. Esses defeitos são tão evidentes que significou a crítica e questionamento da justiça dos fundamentos do sistema representativo.

Da mesma forma, os perigos da centralização governamental tornaram-se mais claros quando os socialistas deram um passo à frente e pediram um aumento nos poderes do governo para mergulhar nas relações econômicas entre os indivíduos. A questão é se um governo encarregado da administração da indústria e do comércio não se tornará um perigo permanente para a liberdade e a paz e, mesmo assim, pode ser um bom administrador. Os socialistas do começo do século não perceberam a imensa dificuldade do problema. Convencidos da necessidade de reformas econômicas, a maioria não levou em conta a necessidade de liberdade para o indivíduo. E nos encontramos com reformadores que estavam predispostos a transformar a sociedade em um tipo de teocracia ou ditadura, ou até mesmo de cesarismo, para realizar reformas de tipo socialista. Desta forma, temos testemunhado na Inglaterra e até mesmo no continente, a fratura de homens com opiniões mais avançadas entre radicais políticos e socialistas, os primeiros olham com desconfiança para os últimos, percebendo-os como um perigo para as liberdades políticas que foram alcançadas nas nações civilizadas depois de uma longa série de lutas. E mesmo hoje, quando os socialistas em toda a Europa formaram partidos políticos e professam uma fé nos métodos democráticos, um medo fundamentado do *Volksstaat* ou do *Estado popular* é mantido entre a maioria das pessoas sem preconceito, visto como o grande perigo da autocracia se este governo fosse encarregado da gestão de toda a organização social, incluindo a produção e distribuição de riqueza.

A evolução dos últimos anos demonstrou, no entanto, a possibilidade e a necessidade de uma forma de organização social mais elevada que possa garantir a liberdade econômica sem reduzir o indivíduo ao papel de escravo do Estado. As origens do governo foram cuidadosamente estudadas e, deixando de

lado todas as concepções metafísicas como as origens divinas ou o *contrato social*, tornou-se claro para a maioria que tem uma origem mais ou menos moderna, e que seus poderes cresceram precisamente em proporção direta ao desenvolvimento da divisão da sociedade entre classes privilegiadas e não privilegiadas ao longo do tempo. O governo representativo foi reduzido à sua verdadeira importância, ou seja, um instrumento que prestou seus serviços na luta contra a autocracia, mas que não é o ideal para uma organização política livre. As abordagens filosóficas concebidas pelo Estado (a *Kultur-Staat*) como garantidor do progresso têm sido cada vez mais desacreditadas quando se evidencia que o progresso é muito mais efetivo quando ocorre sem a interferência do Estado. Da mesma forma, tornou-se claro que os desenvolvimentos futuros na vida social não envolvem mais poder e funções regulatórias nas mãos do governo, mas são direcionados para a descentralização, tanto territorial quanto funcional, com a subdivisão das funções públicas, tanto na esfera de ação quanto na natureza de suas funções, como consequência de deixar a iniciativa para os grupos livremente constituídos de todas aquelas funções que atualmente são consideradas funções de governo.

Esse modo de pensar tem expressão, não apenas na literatura, mas, de maneira limitada, na realidade. A revolta da Comuna de Paris, seguida pela Comuna de Cartagena – um movimento que passou despercebido na Inglaterra, tomou uma nova página na história. Se analisarmos não apenas esses movimentos em si mesmos, mas também a impressão que eles deixaram no pensamento e nas tendências reveladas durante a revolução comunal, podemos reconhecer neles sinais que mostram como, no futuro, as aglomerações humanas que têm maior desenvolvimento social tentarão iniciar uma vida independente; e tentarão transformar as áreas mais atrasadas de uma nação pelo exemplo, em vez de impor suas propostas por meio da lei e da força ou submetendo-se ao governo da maioria, que é sempre o governo dos medíocres. Ao mesmo tempo, o fracasso do governo representativo na própria Comuna demonstrou que o autogoverno e a administração autônoma devem ir além de um simples senso territorial. Para ser eficaz, deve ser aplicado nas diferentes funções da vida em uma comunidade livre. A simples limitação territorial da esfera de ação governamental não faz sentido – um governo representativo é tão nefasto em uma cidade quanto em uma nação. A vida, dessa maneira, fortaleceu a teoria do não-governo, dando novo ímpeto ao pensamento anarquista.

Os anarquistas reconhecem a justiça de ambas as teorias que acabamos de mencionar com relação à liberdade econômica e política, e eles apreciam nelas duas manifestações diferentes da mesma necessidade de igualdade que são a base de todas as lutas narradas pela história. Portanto, em comum com todos os socialistas, os anarquistas manifestam-se aos reformadores políticos: *Nenhuma reforma substancial em favor da igualdade política e da limitação do poder dos governos pode ocorrer enquanto a sociedade estiver dividida em dois oponentes, e o proletariado continua, economicamente falando, escravizado por seus empregadores.* Embora os estatistas socialistas também digam: *Não poderão ser capazes de modificar as condições atuais de propriedade sem transformar profundamente a estrutura da política ao mesmo tempo. Se deve limitar o poder do governo e renunciar ao parlamento. Cada nova fase econômica corresponde a uma nova fase política. Um sistema de servidão correspondia à monarquia absolutista; o governo representativo corresponde à dominação capitalista. Ambas são formas de imposição de classe. Numa sociedade em que a distinção entre capitalista e proletário desapareceu, não haverá necessidade de tais formas de governo; Isso seria um anacronismo, um preconceito. Alguns trabalhadores livres requerem uma organização livre e não podem ter outras fundações além do livre acordo e da livre cooperação, sem sacrificar a autonomia do indivíduo à interferência predominante do Estado. Um sistema não capitalista implica um sistema sem governo.*

Com isto quero dizer que, na emancipação do povo contra o poder opressivo do capitalismo e do governo, o anarquismo é a síntese das duas mais poderosas correntes de pensamento que caracterizaram o nosso século.

Ao chegar a essas conclusões, o anarquismo mostrou estar de acordo com as conclusões alcançadas pela filosofia da evolução. Ao lançar luz sobre a plasticidade das organizações, a filosofia da evolução demonstrou a admirável capacidade de adaptação dos organismos às condições de vida, e o consequente desenvolvimento das faculdades necessárias para uma completa adaptação ao seu ambiente, bem como a indispensável cooperação livre entre suas partes. Estamos familiarizados com o fato de que, em qualquer organismo natural, a capacidade de uma subsistência comum aumenta proporcionalmente à maior integração desses componentes; e isso reforça a opinião dos moralistas sociais sobre a perfeição da natu-

reza humana. Vimos como, na longa luta pela existência, *o mais forte* provou ser aquele que combina o conhecimento intelectual com o conhecimento necessário para a produção de riqueza, e não aqueles que são atualmente ricos porque eles, ou seus antepassados, foram ao mesmo tempo os mais poderosos.

Ao demonstrar que a *luta pela existência* não deve ser percebida simplesmente num sentido restritivo de luta entre indivíduos por meios de subsistência, mas em um sentido amplo de adaptação de todos os indivíduos da espécie às melhores condições de sobrevivência, assim como a maior esperança de vida e felicidade para todos e cada membro, nos permitiu deduzir as leis da ciência moral das necessidades e hábitos sociais da humanidade. O pequeno papel desempenhado pelo direito positivo na evolução moral e o importante papel desempenhado pelo desenvolvimento natural dos sentimentos altruístas, que emergem assim que as condições vitais permitem o seu desenvolvimento, tornaram-se claros. Isso fortaleceu a opinião dos reformadores sociais no sentido de mudar as condições vitais para melhorar a humanidade, embora esta melhoria do ser humano através de ensinamentos morais e contra o que realmente acontece. Finalmente, através do estudo da sociedade humana a partir de um ponto de vista biológico, podemos chegar à conclusão alcançada pelos anarquistas através do estudo das tendências históricas e atuais que afirmam que o desenvolvimento futuro do ser humano passa pela socialização de riquezas e trabalho integrado, tudo combinado com a maior liberdade individual possível.

Não é uma simples coincidência que Hebert Spencer, a quem consideramos um simples disseminador da filosofia da evolução, tenha chegado à conclusão, quando se trata de organização política, de que “aquela forma de sociedade para a qual estamos nos dirigindo” é “aquela em que o governo será reduzido a sua expressão mínima possível, e a liberdade aumentará tanto quanto possível”. Quando, com essas palavras, ele contrasta as conclusões de sua filosofia sintética com as declarações de Auguste Comte, ele alcança aproximadamente as mesmas conclusões que Proudhon e Bakunin. Além disso, os próprios argumentos e exemplos usados por Heber Spencer (fornecendo alimentação diária, agências dos correios e outros) são os mesmos que podemos encontrar nos escritos dos anarquistas. O modo de pensar é o mesmo, embora não tenham conhecimento mútuo do trabalho realizado.

Da mesma forma, quando Spencer afirma, com plenitude, mesmo com um toque de paixão (em seu Apêndice à terceira edição de *Data of Ethics*), que as sociedades humanas marcham em direção a um estado em que o altruísmo será identificado com egoísmo, “no sentido de que a gratificação pessoal se tornará a gratificação dos outros”; e quando afirma que “demonstramos, sem qualquer dúvida, que é perfeitamente possível que os organismos se ajustem às suas necessidades vitais, que a energia consumida no bem-estar geral não seja apenas adequada em relação à energia consumida no bemestar individual, mas deve ser subordinado de tal forma que o bem-estar individual não pode ser maior do que o necessário para a manutenção da vida individual”, contanto que as condições para tais relações entre o indivíduo e a comunidade sejam mantidas², chegou a partir do estudo da natureza, as mesmas conclusões que os precursores da anarquia, Fourier e Robert Owen, tiraram do estudo do caráter humano.

Quando vemos as teorias sobre os hábitos morais perfeitamente elaboradas por Brain e o filósofo francês M. Guyau, que indicou em seu notável trabalho as bases de uma moralidade sem sanção ou obrigação; quando J. S. Mill critica tão adequadamente o governo representativo e os debates sobre o problema da liberdade, embora não consiga estabelecer suas condições necessárias; quando a biologia moderna nos permite compreender a importância da livre cooperação e apoio mútuo no mundo animal; quando Lewis Morgan (em sua *Ancient Society*) nos mostra o desenvolvimento parasitário do Estado e a propriedade no meio das livres instituições de nossos ancestrais, e a história moderna segue a mesma linha de argumentação – quando, em poucas palavras, a cada ano, ao fornecer novos argumentos em favor da filosofia da evolução, novos argumentos são acrescentados ao mesmo tempo em favor da filosofia da anarquia –, devemos reconhecer que todos, embora difiram em seu ponto de partida, seguem o mesmo método de investigação científica. Nossa confiança nessas conclusões foi reforçada. As diferenças entre os anarquistas e os filósofos apenas no nome, eles podem ser imensos em termos da pressuposição da velocidade da evolução e da linha de conduta que os últimos supõem assumir enquanto puderam avaliar os objetivos para os quais a sociedade está se dirigindo. No entanto, nenhuma tentativa científica foi feita para determinar a razão de evolução, nem os filósofos evolucionistas levaram em conta o elemento fundamental do problema (o estado mental das massas). Sabemos que, infelizmente, não há razão para existir coerência entre a ação e as concepções filosóficas, já que entre o intelecto e a ação há um abismo

que não pode ser preenchido por simples especulações filosóficas, por mais profundas e elaboradas que sejam.

Há, no entanto, entre os anarquistas e os filósofos porta-vozes, uma profunda discrepância em um ponto de importância vital. Essa diferença, de uma maneira estranha, surge da discussão de dados estatísticos, e isso constitui a base de deduções posteriores, do que a sociologia biológica descreveria como a fisiologia da nutrição.

Existe, de fato, uma grande falácia, mantida por Spencer e muitos outros, sobre as causas da miséria que podemos ver ao nosso redor. Já se passaram mais de quarenta anos desde que foi afirmado, e é sustentado agora por Spencer e seus seguidores, que a miséria em sociedades civilizadas é uma consequência da produção insuficiente ou, melhor, *da pressão demográfica sobre os meios de subsistência*. Seria interessante investigar a origem de tal falácia, que seria facilmente verificável; produto de erros herdados que nada têm a ver com a filosofia da evolução, mantida e empoderada por supostos filósofos, levando a alguma confusão sobre os vários aspectos da luta pela existência. A diferença entre a luta entre organismos que não cooperam entre si para alcançar meios de subsistência e aqueles que o fazem não foi suficientemente apontada. Neste último caso, há alguma confusão entre os grupos cujos membros encontram seus meios de subsistência diretamente no reino vegetal e animal, e aqueles cujos membros produzem artificialmente seus meios de subsistência e que são treinados para aumentar (a níveis imprevisíveis) a produtividade de cada porção da superfície da Terra. Caçadores que vão caçar em benefício próprio ou formam uma sociedade para caçar juntos, agem diferentemente contra os meios de subsistência da natureza em relação ao homem civilizado que produz sua própria comida e que faz das máquinas tudo o que é necessário para uma vida confortável. Neste último caso, – as possibilidades da natureza são quase infinitas em comparação com a população mundial atual – o nível de energia aumenta e se aperfeiçoa precisamente em proporção à densidade da população e ao nível de conhecimento técnico acumulado; assim, para os seres humanos que possuem conhecimento científico e que cooperam na produção artificial de meios de subsistência e conforto, a lei de Malthus é exatamente o oposto. O acúmulo de meios de subsistência e conforto cresce muito mais rapidamente que o aumento da população. A única conclusão a que podemos extrair das leis da evolução e da multiplicação de efeitos é que os meios de subsistência aumentam em proporção direta ao aumento da densidade populacional, a menos que esse crescimento seja produzido artificialmente (e temporariamente) por qualquer defeito na organização social. Como nosso *poder de produção* (nosso potencial de produção), os meios de subsistência aumentam rapidamente em proporção ao desenvolvimento do conhecimento científico, com meios de difusão cada vez mais fáceis, estimulando o engenho anterior com o gênio inventivo.

Se a falácia da pressão demográfica sobre os meios de subsistência pudesse ser mantida há um século, hoje em dia ela não pode continuar a ser aceita, à medida que testemunhamos os efeitos da ciência sobre a indústria e o enorme aumento de nossa capacidade produtiva como longo do século passado. Sabemos, de fato, que enquanto o crescimento populacional na Inglaterra foi de 16,5 milhões em 1844 para 26,5 em 1883, o que representa um aumento de 62%, o crescimento da riqueza nacional (como evidenciado pelo registro em *A da Lei do Imposto de Renda*) foi produzido duas vezes mais rápido; passou de 221 para 507,5 milhões, ou seja, 130%. E também sabemos que houve um aumento da riqueza na França, onde a população permanece quase estacionária, e que esse aumento foi muito mais rápido nos Estados Unidos, onde a população é aumentada a cada ano pela imigração.

Embora as estatísticas que acabamos de mencionar mostrem o verdadeiro aumento da produção, elas dão apenas uma pequena ideia do que nossa produção pode alcançar sob uma organização econômica mais racional. Sabemos perfeitamente que os donos do capital, enquanto tentam produzir mais bens com menos *mãos*, tentam continuamente limitar a produção com o objetivo de vender esses bens a um preço mais alto. Quando os benefícios de um produto diminuem, os capitalistas limitam a produção ou a suspendem completamente, preferindo dedicar seu capital a empréstimos no exterior ou investindo em minas de ouro na Patagônia. Existe atualmente uma multidão de mineiros na Inglaterra que se contentariam em permitir que eles extraíssem carvão para fornecer combustível barato para suas casas, onde as crianças morrem de frio antes das chaminés vazias. Há milhares de tecelões que só pedem para poder acessar os teares a fim de substituir os ternos gastos dos pobres por roupas decentes. E o mesmo acontece em todos os ramos da indústria. Como podemos falar de falta de meios de subsistência quando milhares de fábricas permanecem desocupadas apenas aqui na Grã-Bretanha, e quando atualmente

existem milhares e milhares de desempregados em Londres, milhares de homens que seriam felizes se pudessem transformar (sob a supervisão de fazendeiros treinados), o Middlesex se transforma em solos ricos e cobriria com campos de grãos e pomares os campos que atualmente geram apenas alguns quilos de ervas daninhas. No entanto, os donos da terra, dos teares e das minas de carvão impedem-nos de fazer este trabalho, já que o capital encontra mais vantagens em fornecer o Khedive³ com haréns e o governo russo com *linhas ferroviárias estratégicas* e armas da Krupp⁴. É claro que manter as serras gera lucros, cerca de 10 ou 15% em capital, e extração de carvão não, apenas de 3 a 5%, sendo esta uma razão suficiente para limitar a produção e fazer com que os chamados economistas censurem a classe trabalhadora de que sua pobreza é o produto de sua rápida reprodução.

Há indícios da limitação direta e consciente da produção pelo fato de que tudo o que é necessário está nas mãos de poucos, e que eles têm o direito de dispor de tudo de acordo com seu próprio desejo, sem levar em conta os interesses da comunidade. Da mesma forma, existem limitações indiretas e inconscientes da produção, como consequência do desperdício do produto do trabalho humano em luxos, em vez de aplicar essa força a um aumento da produção.

Este último fato, não pode ser determinado pelas estatísticas, embora uma caminhada até as lojas mais ricas de qualquer cidade e uma olhada na maneira pela qual o dinheiro é atualmente desperdiçado possa nos dar uma ideia aproximada dessa limitação indireta. Quando um homem rico gasta milhares de libras em seus estúbulos, ele desperdiça de 5 a 6 mil dias de trabalho, que poderiam ser usados, sob uma organização social melhor, para proporcionar casas confortáveis para aqueles que agora são forçados a viver em qualquer lugar. Quando um homem rico gasta milhares de libras em seus estúbulos, ele desperdiça de 5 a 6 mil dias de trabalho, que poderiam ser empregados, sob uma melhor organização social. E quando uma senhora gasta cem libras em seu vestido, só podemos dizer que ela desperdiçou dois anos de trabalho que, novamente sob melhor organização, poderia fornecer centenas de mulheres com roupas decentes e muito mais se essas despesas fossem dedicadas a melhorias nos instrumentos de produção. Pregadores se voltam contra a luxúria, pois é vergonhoso desperdiçar dinheiro alimentando e abrigando caças e cavalos quando milhares de pessoas vivem no *East End*⁵ com seis pences por dia, e milhares mais não têm sequer aqueles miseráveis seis pences por dia. No entanto, os economistas veem mais adiante nessa situação: quando milhões de dias de trabalho são gastos a cada ano para satisfazer a vaidade estúpida de qualquer rico, isso significa que milhões de trabalhadores se distraem da fabricação dessas ferramentas úteis que podem nos permitir multiplicar por duas ou cem, nossa produção atual de meios de subsistência e o que é necessário para nosso conforto.

Em suma, se levarmos em conta tanto o aumento real e potencial de nossa riqueza, e considerarmos tanto as limitações diretas e indiretas à produção, que são inevitáveis sob o atual sistema econômico, podemos afirmar que a suposta *pressão demográfica sobre os meios de subsistência* é simplesmente uma falácia, repetida, como muitas outras mentiras, sem ter tido o trabalho de analisá-la. As causas dos problemas sociais atuais devem, portanto, ser buscadas em outro lugar.

Tome um país civilizado. As florestas foram limpas, os pântanos drenados. Milhares de estradas e ferrovias se cruzam em todas as direções; os rios foram preparados para navegação e os portos marítimos são facilmente acessíveis. Os canais se conectam com o mar. As rochas foram perfuradas com poços profundos; milhares de fábricas espalhadas pela terra. A ciência ensinou os seres humanos a usar a energia da natureza para satisfazer suas necessidades. As cidades, ao longo do tempo, cresceram gradualmente e os tesouros da ciência e da arte se acumulam nesses centros de civilização. No entanto, quem fez todas essas maravilhas?

O esforço combinado de várias gerações contribuiu para alcançar esses resultados. As florestas foram cortadas séculos atrás; Milhões de pessoas passaram anos e anos trabalhando para drenar os pântanos, traçando as estradas, construindo as linhas ferroviárias. Outros milhões criaram cidades e criaram a civilização da qual nos orgulhamos. Milhares de inventores, a maioria deles desconhecidos, mortos na pobreza e no esquecimento, desenvolveram as máquinas onde os seres humanos veem sua engenhosidade refletida. Milhares de escritores, filósofos e cientistas, apoiados por milhares de compositores, impressores⁶ e outros trabalhadores cujos nomes formam uma legião, contribuíram para elaborar e expandir o conhecimento, dissipar erros, criar um ambiente de pensamento científico, sem o qual as maravilhas do nosso século nunca teriam visto a luz. O gênio de um Mayer e um Grove, o paciente trabalho de um Joule, certamente foram mais importantes para o atual desenvolvimento industrial do que

todos os capitalistas do mundo⁷; mas esses inventores, por sua vez, são os filhos da indústria: milhares de engenhos para transformar calor em força mecânica e força mecânica em som, luz e eletricidade, e fazem isso há anos, todos os dias, diante dos olhos da humanidade, antes de qualquer um dos nossos contemporâneos proclamar a origem mecânica do calor e a correlação das forças físicas, e antes que estivéssemos preparados para ouvi-los e compreender seus ensinamentos. Alguém poderia determinar por quantas décadas nós teríamos continuado a ser ignorantes dessa teoria que atualmente revoluciona a indústria, se não fosse pela capacidade inventiva e habilidade de todos aqueles trabalhadores anônimos que melhoraram as máquinas a vapor, que aperfeiçoaram todas as suas partes a ponto de tornar o vapor mais manejável do que um cavalo, e aplicaram seu uso a quase qualquer coisa? Isto é igualmente verdade para a menor parte de nossas máquinas. Em todas as máquinas, mesmo nas mais simples, podemos ler todo o seu passado, uma longa história de noites sem dormir, decepções e alegrias, invenções parciais e melhorias parciais que levaram ao seu desenvolvimento atual. Assim, cada nova máquina é uma síntese, o resultado de milhares de invenções parciais realizadas não apenas em um departamento de máquinas especiais, mas em todos os departamentos do amplo campo da mecânica.

Nossas cidades, conectadas por estradas e facilmente comunicadas com qualquer parte do globo, são a consequência de séculos de trabalho; e cada casa dessas cidades, cada fábrica, cada oficina, deriva seu valor, sua verdadeira *razão de ser* (*raison d'être*) do fato de estar localizada em uma porção da terra onde milhares ou milhões de pessoas se juntaram. Cada pequena parte desse imenso todo que chamamos de riqueza de nações civilizadas deriva seu valor precisamente porque faz parte desse todo. Qual seria o valor de uma grande loja ou bazar de Londres se ela não estivesse localizada apenas em Londres, que se tornou o território onde cinco milhões de seres humanos se reuniram? E qual é o valor de nossos poços de mineração, de nossas fábricas, de nossos estaleiros, se não fosse pelo imenso trânsito que atravessa os mares, pelas ferrovias que transportam montanhas de mercadorias, pelas cidades povoadas por milhões de pessoas? Quem é o indivíduo que tem o direito de dar um passo à frente e, colocando as mãos na menor parte desse todo, para dizer: *Eu fiz isso; Me pertence?* E quem podemos discriminar, neste imenso e inter-relacionado todo, a parte que um indivíduo isolado pode tomar como seu na verdadeira justiça? As casas e as ruas, os canais e os trilhos do trem, as máquinas e as obras de arte, tudo foi criado através do esforço combinado das gerações passadas e presentes, das pessoas que vivem nessas ilhas e das pessoas que vivem milhares milhas de distância.

No entanto, tem ocorrido ao longo da história que qualquer coisa que permitiu aos seres humanos aumentar sua produção, ou mesmo mantê-la, foi apropriada por poucos. A terra, cujo valor deriva justamente de ser necessária para uma população crescente, pertence a poucos, o que impede a comunidade de colocá-la em produção. Os poços de mineração de carvão, que representam o trabalho de várias gerações, e cuja importância deriva das necessidades das indústrias e ferrovias, do grande tráfego de carga e densidade populacional (Qual é o valor das costuras de carvão no Trans-Baikal⁸?), Também pertencem a alguns, que têm o direito, até mesmo para parar a extração de carvão se decidirem dar outro uso ao seu capital. As máquinas de tecelagem, que em seu atual estado de perfeição representam o trabalho de três gerações de tecelões de Lancashire, pertencem igualmente a alguns; e se os netos de qualquer um dos tecelões que inventaram o primeiro tear mecânico exigirem o direito de usar uma dessas máquinas, serão informados: *tire suas mãos dele! Esta máquina não pertence a você!* As Ferrovias, que acima de tudo seriam pilhas inúteis de ferro se não fosse pela densidade atual de população, indústrias, comércio e tráfego, pertencem a poucas pessoas, alguns acionistas que não precisam saber ou onde está a ferrovia para chegar todos os anos amplos benefícios, como aconteceu com os reis medievais. E se os filhos daqueles milhares de trabalhadores que morreram cavando os túneis se juntassem, esfarrapados e famintos, e fossem pedir pão ou trabalho aos acionistas, eles encontrariam baionetas e balas na frente deles.

Quem será o sofista que ousa dizer que essa organização é justa? O que é injusto não pode ser benéfico para a humanidade, e não é. Como resultado dessa organização monstruosa, os filhos dos trabalhadores, quando atingem a idade do trabalho, não encontram terra para arar ou máquinas para trabalhar, mesmo que concordem em vender sua força de trabalho por menos do que seu valor real. Seus pais e avós ajudaram a drenar a terra ou construir as fábricas, com todas as suas capacidades – e ninguém poderia fazer mais do que eles –, mas eles vêm para o mundo mais desamparados do que um

selvagem. Se ele recorrer à agricultura, ele será autorizado a cultivar um lote de terra, mesmo que ele forneça parte de seu produto para o senhor da terra. Se ele se voltar para a indústria, poderá trabalhar, embora com a condição de que, de cada trinta xelins que produz, dez ou mais xelins entrem nos bolsos dos proprietários das máquinas. Nós clamamos contra os senhores feudais que não permitiram que ninguém se estabelecesse em suas terras se eles não lhe dessem um quarto da colheita, mas continuamos a fazer o mesmo que eles, expandindo o sistema. As formas foram alteradas, mas o fundo é o mesmo. E o trabalhador é forçado a aceitar as condições feudais que agora chamamos de *livre contrato*, porque em nenhum outro lugar ele encontrará melhores condições. Tudo foi apropriado por alguém; o trabalhador *deve* aceitar esse tratamento ou morrer de fome.

Nestas circunstâncias, a produção tomou um caminho errado. As necessidades da comunidade não são levadas em conta, buscando apenas aumentar o benefício do capitalista. E tendo que suportar as contínuas flutuações da indústria, com crises que ocorrem periodicamente a cada dez anos e que deixam centenas de milhares de pessoas desempregadas que são deixadas na mais completa miséria, cujos filhos crescem no córrego, predispostos a entrar em prisões ou workhouses⁹. O proletariado, que é incapaz de adquirir a riqueza que produz com seus salários, obriga os industriais a buscar novos mercados entre as classes médias de outras nações. Encontra novos mercados no Oriente, na África, em qualquer lugar, aumentando, através do comércio, o número de seus servos no Egito, na Índia ou no Congo. No entanto, em todos os lugares encontra concorrentes de outras nações que atingem rapidamente o mesmo nível industrial. Isso leva a guerras, contínuas conflagrações, confrontos pela veracidade do mercado mundial, guerras pela posse do Oriente, guerras pela posse dos mares, guerras pelo direito de impor pesadas tarifas sobre mercadorias estrangeiras. O barulho das armas européias nunca cessa; toda uma geração é sacrificada de tempos em tempos, e gastamos um terço da renda dos Estados em armamento, uma renda alcançada, os pobres sabem muito bem, com muitas dificuldades.

A educação é privilégio de poucos. Não porque não encontramos professores ou porque o filho e a filha do trabalhador são menos qualificados para receber instrução, mas como ninguém pode receber uma instrução razoável quando tem quinze anos, ele deve ir até a mina ou vender jornais nas ruas. A sociedade é dividida em dois campos hostis, e nenhuma liberdade é possível sob tais condições. Enquanto os radicais buscam expandir as liberdades, os estadistas respondem que um futuro aumento nas liberdades políticas que custaram tanto, é substituído pela coerção, pelas leis da exceção e pelo governo militar.

E finalmente, a injustiça de nossa distribuição de riqueza traz o efeito mais deplorável em nossa moralidade. Nossos princípios morais afirmam que *devemos amar o próximo como a nós mesmos*; mas se uma criança segue esse princípio e entrega seu casaco a um homem pobre que está morrendo de frio, sua mãe o repreenderá dizendo-lhe que não leve em conta os princípios morais. Se ele viver de acordo com esses princípios, ele permanecerá nu sem que isso alivia a miséria que o cerca. A moralidade é boa, não nos fatos. Nossos pregadores dizem: *Quem trabalha, ora* e ainda assim todo mundo tenta fazer outro trabalho para ele. Eles dizem: *Nunca Minta!* E a política é uma grande mentira. E nos acostumamos a nós mesmos e a nossos filhos a viver sob esse duplo padrão hipócrita e a reconciliar essa moralidade por meio de falácias. A hipocrisia e a falácia são a verdadeira base da nossa vida. No entanto, a sociedade não pode subsistir sob essa moralidade. Não pode durar mais, deve mudar, terá que mudar.

A questão, portanto, não é simplesmente um problema nutricional. Ela afeta todos os campos da atividade humana, embora, no final, dependa da economia, o que nos leva a concluir que: os meios de produção e a satisfação de todas as necessidades da sociedade foram criados pelo esforço comum de todos e, portanto, deve estar disponível para todos. A apropriação privada do que é necessário para a produção nunca será justa ou benéfica. Todos devem estar ao mesmo nível como produtores e consumidores das riquezas. Há apenas um caminho para a sociedade superar essas condições terríveis que foram criadas através de séculos de guerras e opressão, e essa será a única garantia para o progresso futuro em direção à igualdade e à liberdade, que sempre foi a verdadeira, embora não objetivo explícito da humanidade.

II

O que foi dito acima sobre a combinação de esforços como a origem de nossa riqueza explica por que a maioria dos anarquistas vê no comunismo a única solução equitativa como uma maneira adequada de remunerar o esforço individual. Houve um tempo em que uma família, engajada na agricultura, complementada por algumas atividades domésticas, podia considerar o grão que juntavam e o simples tecido que teciam, como algo produzido por eles mesmos sem a participação de ninguém. Mas essa abordagem não foi a correta complementação: houve o desmatamento das florestas e a construção das estradas através do trabalho em comum; e mesmo assim, a família poderia se beneficiar da ajuda da comunidade, como ainda acontece em muitas aldeias. Mas neste momento, com este tecido industrial interligado onde cada ramo depende dos outros, tal posição individualista não pode ser sustentada por mais tempo. Se o comércio do aço e da indústria algodoeira deste país¹⁰ atingiu tal nível de desenvolvimento, só poderia ser devido ao desenvolvimento paralelo de milhares de outras indústrias, grandes e pequenas; para a extensão do sistema ferroviário; pelo aumento do treinamento tanto entre engenheiros quanto entre a massa de trabalhadores; certamente, a organização foi lentamente disseminada entre os fabricantes; e, acima de tudo, pelo desenvolvimento do comércio mundial, graças ao trabalho realizado a milhares de quilômetros de distância. Os italianos que morreram de cólera ao escavar o Canal de Suez ou pela *epidemia do túnel*¹¹ no túnel de San Gothard contribuíram mais para enriquecer este país do que a britânica que prematuramente envelheceu trabalhando em uma máquina em Manchester; e essa menina, por sua vez, contribuiu muito mais do que o engenheiro que projetou uma melhoria que nos permite economizar mão de obra em nossas máquinas. Como podemos fingir determinar a parte exata de cada um nas riquezas acumuladas ao nosso redor?

Nós admiramos o gênio inventivo ou a capacidade de organização dos senhores de ferro, mas devemos reconhecer que todo o seu gênio e habilidade não lhes traria um décimo do que eles poderiam obter, se tivessem que negociar com pastores mongóis ou os camponeses siberianos em vez dos trabalhadores e engenheiros britânicos e os administradores de sua confiança. Algum tempo atrás foi perguntado a um milionário inglês, que havia conseguido dar um poderoso impulso a um ramo da indústria, quais eram as causas reais desses sucessos. Sua resposta foi: *Sempre procurei o homem mais qualificado para cada cargo, deixando-o com total independência, embora, é claro, eu mantivesse a supervisão geral.* A seguinte conversa ocorreu:

— Nunca falhou em sua tentativa de encontrar essas pessoas?

— Nunca.

— Mas no novo ramo que se implantou, se precisou de muitas novas invenções.

— Sem dúvida; Nós gastamos milhares de libras comprando patentes.

Este pequeno diálogo resume, na minha opinião, a verdade das empresas industriais que têm sido usadas como exemplos pelos defensores de uma *remuneração adequada aos esforços individuais* para justificar que os gerentes das indústrias prósperas recebam milhões de libras. Eles mostram o quão longe eles estão realmente do esforço *individual*. Deixando de lado as milhares de condições que permitem ou impedem uma pessoa de demonstrar plenamente suas capacidades, devemos nos perguntar se essas mesmas capacidades levariam aos mesmos resultados se o mesmo empregador não encontrasse gerentes confiáveis e trabalhadores qualificados ou se a mudança de mentalidade em muitos habitantes deste país não teria estimulado centenas de invenções. A indústria britânica é o produto do trabalho da nação britânica, ou da Europa e da Índia, não de indivíduos isolados.

Os anarquistas não podem manter, como os coletivistas, que a remuneração deve ser proporcional às horas de trabalho empregadas por pessoa na produção de riqueza, seja a sociedade ideal, ou mesmo uma aproximação a essa nova sociedade. Sem entrar na discussão sobre até que ponto o valor de uma mercadoria pode realmente ser medido por meio do trabalho necessário em sua produção, seria necessário um trabalho específico, podemos dizer que a abordagem coletivista parece simplesmente irrealizável em uma sociedade onde conseguimos considerar tudo o que é necessário para a produção como um bem comum. Tal sociedade será forçada a deixar de lado o sistema salarial também. Parece-nos impossível que o individualismo mitigado da tendência coletivista possa coexistir com um comunismo parcial produzido pela posse de terras e maquinário de maneira comunal, a menos que um poderoso governo seja imposto, muito mais poderoso que todos os governos do nosso tempo. O atual sistema salarial se desenvolveu a partir da apropriação de todo o necessário para a produção de poucos; era uma condição necessária para o desenvolvimento do atual sistema de produção capitalista, e não pode existir sem ela, mesmo que se

pretenda pagar aos trabalhadores todo o valor do que eles produzem e o dinheiro seja substituído por vales por horas trabalhadas. A posse comum de recursos para produção implica o desfrute comunal dos frutos do que é produzido coletivamente, e consideramos que uma organização social equitativa só pode ser alcançada quando todos os sistemas salariais são postos de lado, e quando alguém, contribuindo para o bem-estar comum com todas as suas capacidades, pode igualmente desfrutar das existências comunitárias da sociedade para cobrir, tanto quanto possível, as suas necessidades.

Afirmamos, além disso, que não apenas o comunismo é um modelo social desejável, mas que o desenvolvimento das tendências da sociedade atual passa precisamente pelo comunismo, pelo comunismo libertário, apesar do crescimento aparentemente contraditório do individualismo. No desenvolvimento do individualismo (especialmente nos últimos três séculos), vemos simplesmente a tentativa das pessoas de emanciparem-se do crescente poder do Capital e do Estado. No entanto, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento ocorre, podemos ver através da história até o presente, a luta latente dos produtores dos bens para manter o comunismo parcial da antiguidade ao mesmo tempo em que tentam aplicar os princípios comunistas a novos aspectos, tão rápido quanto as condições favoráveis o permitam. Tão logo as comunas do X, XI ou XII século puderam iniciar uma existência independente, elas expandiram o trabalho em comum, o comércio comum e um consumo parcial em comum. Tudo isso desapareceu, embora as comunas rurais tenham lutado para manter suas características antigas, tendo sucesso em muitos lugares na Europa Oriental, na Suíça e até mesmo na França e na Alemanha; Ao mesmo tempo, novas organizações sociais, baseadas em princípios semelhantes, não param de crescer onde as condições são favoráveis.

Apesar da tendência egoísta imposta à mentalidade pública pela produção mercantil do nosso século, a propensão comunista é constantemente reafirmada e tenta se manifestar publicamente. As pontes e as rodovias de pedágio desapareceram em frente às pontes e vias públicas. O mesmo sentido prevalece em outras numerosas instituições. Museus, bibliotecas e escolas públicas gratuitas; parques e áreas de recreação, ruas pavimentadas e iluminadas, gratuitas para qualquer um usar; o fornecimento de água para residências particulares, cuja tendência é cobrar o custo exato consumido individualmente¹²; os bondes e ferrovias onde o ingresso de temporada ou o preço uniforme foram introduzidos, e que seguramente seguirá esta tendência quando eles deixarem de ser uma propriedade privada. Todos esses são exemplos que indicam o caminho que se espera que siga o progresso.

É na direção de colocar o que os indivíduos querem *acima* da valorização dos serviços que prestaram ou podem emprestar à sociedade. Ao considerar a sociedade como um todo, tão intimamente conectada que, o serviço prestado a qualquer indivíduo é um serviço prestado a toda a sociedade. O bibliotecário do Museu Britânico não pergunta ao leitor os serviços anteriores que prestou à sociedade; simplesmente entrega os livros solicitados; e por uma taxa, as sociedades científicas deixam seus jardins e museus à livre disposição de cada um de seus membros. A tripulação de um barco de salvamento, arriscando suas vidas, não pergunta ao povo de um navio que está naufragado os direitos que eles têm de ser resgatados, e a *Sociedade de Auxílio dos Prisioneiros*¹³ não investiga os danos cometidos pelo prisioneiro libertado. Existem apenas pessoas que precisam de ajuda; Eles são nossos vizinhos e eles não são obrigados a ter direitos.

E se uma cidade, nesses momentos egoístas, sofre uma calamidade pública, sendo assediada, por exemplo, como Paris em 1871, e a comida é escassa, esta mesma cidade proclama unanimemente que os primeiros serão crianças e idosos, sem levar em conta os serviços prestados à sociedade ou os que podem proporcionar. E cuidará dos defensores ativos da cidade, independentemente do grau de coragem demonstrado por cada um. No entanto, essa tendência que existe atualmente, ninguém pode negar, suponho que, enquanto a humanidade estiver livre de sua difícil luta pela vida, essa tendência será fortalecida. Se nossa capacidade produtiva é totalmente aplicada para atender a necessidades vitais; se a estrutura atual da propriedade fosse modificada pelo aumento do número de trabalhadores por aqueles que agora não produzem bens; e se os trabalhadores manuais recuperassem seu lugar de honra na sociedade, tudo isso permitiria um crescimento sem paralelo de nossa produção e tornaria o trabalho mais fácil e atraente, as tendências comunistas que se manifestam atualmente poderiam expandir imediatamente sua esfera de ação.

Levando tudo isso em conta, assim como os aspectos práticos da questão de como a propriedade privada deveria ser transformada em propriedade comunal, a maioria dos anarquistas argumenta que o

próximo passo que a sociedade tomará, tão logo o atual regime de propriedade sofra modificação, será em um sentido comunista. Somos comunistas, mas o nosso comunismo não é o do falanstério nem o da escola autoritária: é o anarco-comunismo, o comunismo sem governo, o comunismo livre. É a síntese dos dois principais objetivos buscados pela humanidade desde o início de sua história: liberdade econômica e política.

Eu tenho mantido até agora que o anarquismo significa não-governo. Sabemos que o termo *anarquia* também é usado atualmente como sinônimo de desordem. Esse significado da palavra *anarquia* implica duas suposições. Primeiro, pressupõe que, onde não há governo, há desordem; e segundo, essa ordem, baseada em um governo forte e uma polícia poderosa, é sempre benéfica. Ambas as implicações, no entanto, não são comprovadas. Existe uma ordem plena, poderíamos dizer harmonia, em muitos aspectos da atividade humana, onde o governo, felizmente, não interfere. Os efeitos benéficos da ordem, em alguns casos como o tipo de ordem que prevalece em Nápoles sob os Bourbons, certamente não serão muito melhores do que a desordem iniciada por Garibaldi; do mesmo modo, os protestantes deste país provavelmente afirmarão que a desordem nas questões divinas promovidas por Lutero era preferível, em qualquer nível, do que a ordem que prevalecia sob o papado. Quanto à *ordem* proverbial que mais uma vez foi *restaurada em Varsóvia*, suponho que não haja opinião contra. Enquanto todos concordam que a harmonia é sempre desejável, não há tal unanimidade sobre a *ordem*, muito menos a ordem que deveria reinar em nossas sociedades modernas. Desta forma, não temos objeções em usar a palavra *anarquia* como uma negação do que geralmente é descrito como ordem.

Usando o termo anarquia no sentido de não-governo, queremos refletir uma tendência pronunciada na sociedade humana. Na história, vimos que precisamente aqueles tempos em que porções da humanidade puseram fim ao poder de seus governantes e retomaram sua liberdade, são tempos de grande progresso econômico e intelectual. Aconteceu com o desenvolvimento de cidades livres, com seus monumentos incomparáveis – trabalho livre de trabalhadores livremente associados – que ainda testemunham o ressurgimento do pensamento e do bem-estar dos cidadãos; Aconteceu com o grande movimento que deu origem à Reforma, aquela época em que o indivíduo recuperou parte de sua liberdade testemunhada em imenso progresso. E se examinarmos cuidadosamente o atual desenvolvimento das nações civilizadas, descobriremos nestes um movimento marcante e crescente em favor de limitar cada vez mais as esferas de ação do governo, bem como deixar mais liberdade para a iniciativa individual. Tendo experimentado todos os tipos de governos, e tendo tentado resolver o problema insolúvel de ter um governo *que obriga o indivíduo a cumprir, sem ser capaz de escapar da obediência à coletividade*, a humanidade está atualmente tentando se libertar dos vínculos de qualquer tipo de governo e responder às suas necessidades de organização de indivíduos livres que buscam o mesmo objetivo comum.

O autogoverno, mesmo para o menor grupo ou unidade territorial, tornou-se uma necessidade. A lei está sendo substituída pelo livre acordo, e a livre cooperação substitui a tutela do governo. Uma após a outra, aquelas atividades que foram consideradas como funções do governo nos últimos dois séculos, estão sendo questionadas; a sociedade avança melhor quanto menos governada. E quanto mais estudamos o progresso feito nessa direção, assim como a incapacidade dos governos de atender a todas as expectativas depositadas neles, somos forçados a concluir que a humanidade, limitando pouco a pouco as funções do governo, caminha direto para finalmente deixar-lho no nada. Atualmente, prevemos um estado da sociedade no qual a liberdade do indivíduo será limitada, não por leis, obrigações ou qualquer coisa semelhante, mas por seus próprios hábitos sociais e pela necessidade que cada um sente de encontrar a cooperação, o apoio e a simpatia de seus vizinhos.

É claro que a ética não-governamental encontrará pelo menos tantas objeções quanto a economia sem capital. Nossas mentes têm sido tão nutridas em preconceitos quanto às funções providenciais do governo de que as ideias anarquistas *devem ser* recebidas com desconfiança. Toda a nossa educação, desde a infância até a morte, alimenta a crença na necessidade de um governo e seus efeitos benéficos. Sistemas de filosofia foram elaborados para apoiar esta visão; a história foi escrita deste ponto de vista; teorias do direito foram circuladas e ensinadas para o mesmo propósito. Todas as políticas são baseadas no mesmo princípio, cada político dizendo às pessoas que ele quer apoiá-lo: “Dê-me o poder do governo; eu vou, eu posso aliviar você das dificuldades da sua vida atual”. Toda a nossa educação é permeada pelos mesmos ensinamentos. Podemos abrir qualquer livro de sociologia, história, direito ou ética: em todos os lugares encontramos o governo, sua organização, seus feitos, desempenhando papel tão proeminente

que nos acostumamos a supor que o Estado e os homens políticos são tudo; que não há nada por trás dos grandes estadistas. Os mesmos ensinamentos são repetidos diariamente na imprensa. Colunas inteiras são preenchidas com os registros mais minuciosos de debates parlamentares, de movimentos de pessoas políticas. E, ao ler essas colunas, muitas vezes esquecemos que, além daqueles poucos homens cuja importância tem sido tão inchada que ofusca a humanidade, há um imenso corpo de homens, de fato crescendo e morrendo, vivendo em felicidade ou tristeza, trabalhando e consumindo, pensando e criando.

E, no entanto, se voltarmos do impresso para a nossa vida real, e lançamos um amplo olhar sobre a sociedade como ela é, somos atingidos pelo papel infinitesimal desempenhado pelo governo em nossa vida. Milhões de seres humanos vivem e morrem sem ter nada a ver com o governo. Todos os dias milhões de transações são feitas sem a menor interferência do governo; e aqueles que entram em acordo não têm a menor intenção de quebrar barganhas. Não, aqueles acordos que não são protegidos pelo governo (aqueles da troca, ou dívidas com cartão) são talvez mais bem guardados do que quaisquer outros. O simples hábito de manter a palavra, o desejo de não perder a confiança, é bastante suficiente em uma esmagadora maioria dos casos para impor a manutenção de acordos. É claro que pode-se dizer que ainda existe o governo que pode aplicá-los, se necessário. Mas sem falar dos inúmeros casos que nem sequer poderiam ser levados perante um tribunal, todos que têm a menor familiaridade com o comércio, sem dúvida, confirmam a afirmação de que, se não houvesse um sentimento de honra tão forte em manter acordos, o próprio comércio se tornaria totalmente impossível. Mesmo aqueles comerciantes e fabricantes que não sentem o menor remorso ao envenenar seus clientes com todos os tipos de drogas abomináveis, devidamente rotulados, eles também mantêm seus acordos comerciais. Mas se tal moralidade relativa como a honestidade comercial existe agora sob as condições atuais, quando o enriquecimento é o principal motivo, o mesmo sentimento se desenvolverá muito rapidamente assim que roubar alguém dos frutos de seu trabalho não é mais a base econômica de nossa vida.

Outra característica marcante do nosso século diz a favor da mesma tendência nãogovernamental. É a ampliação constante do campo coberto pela iniciativa privada e o recente crescimento de grandes organizações resultantes meramente e simplesmente do livre acordo. A rede ferroviária da Europa – uma confederação de tantas dezenas de sociedades separadas – e o transporte direto de passageiros e mercadorias por tantas linhas que foram construídas de forma independente e federada, sem sequer um Conselho Central das Ferrovias Europeias, é um exemplo mais notável do que já é feito por mero acordo. Se cinquenta anos atrás alguém previu que as ferrovias construídas por tantas empresas separadas constituiriam uma rede tão perfeita como hoje, ele certamente teria sido tratado como um tolo. Teria sido dito que tantas empresas, processando seus próprios interesses, nunca concordariam sem um Conselho Internacional de Ferrovias, apoiado por uma Convenção Internacional dos Estados Europeus e dotado de poderes governamentais. Mas tal comitê não foi recorrido, e o acordo veio no entanto. As associações holandesas de proprietários de navios e barcos estão agora estendendo suas organizações sobre os rios da Alemanha e até mesmo para o comércio marítimo do Báltico. As inumeráveis associações de fabricantes amalgamadas e os *sindicatos* da França, são tantos exemplos em questão. Se se argumentar que muitas dessas organizações são organizações de exploração, isso não prova nada, porque, se os homens que buscam seus interesses egoístas, muitas vezes muito estreitos, puderem concordar juntos, homens melhores inspirados, compelidos a estar mais intimamente ligados a outros grupos, necessariamente concordarão ainda mais facilmente e ainda melhor.

Mas também não faltam organizações livres para atividades mais nobres. Uma das mais nobres realizações do nosso século é, sem dúvida, a Associação de Botes salva-vidas. Desde o seu primeiro começo humilde, salvou nada menos que trinta e duas mil vidas humanas. Faz apelo aos mais nobres instintos do homem; sua atividade depende inteiramente da devoção à causa comum, enquanto sua organização interna é inteiramente baseada na independência dos comitês locais. A Associação de Hospitais e centenas de organizações similares, que operam em grande escala e abrangem cada um deles, também podem ser mencionadas nesta seção. Mas, enquanto sabemos tudo sobre os governos e seus atos, o que sabemos sobre os resultados alcançados pela livre cooperação? Milhares de volumes foram escritos para registrar os atos dos governos; a melhoria mais insignificante devida à lei foi registrada; os bons efeitos foram exagerados, seus maus efeitos passaram em silêncio. Mas onde está o livro registrando o que foi alcançado pela cooperação livre de homens bem inspirados? Ao mesmo tempo, centenas de sociedades

são constituídas todos os dias para a satisfação de algumas das necessidades infinitamente variadas do homem civilizado. Temos sociedades para todos os tipos possíveis de estudos – alguns deles abrangendo todo o campo das ciências naturais, outros limitados a um pequeno ramo especial; sociedades para a ginástica, para a escrita abreviada, para o estudo de um autor separado, para jogos e todos os tipos de esportes, para encaminhar a ciência da manutenção da vida e para favorecer a arte de destruí-la; filosófico e industrial, artístico e anti-artístico; para trabalhos sérios e para mera diversão – em resumo, não há uma única direção na qual os homens exercitem suas faculdades sem se unirem para a realização de algum objetivo comum. Todos os dias novas sociedades são formadas, enquanto todos os anos as antigas se agregam em unidades maiores, se federam através das fronteiras nacionais e cooperam em algum trabalho comum.

A característica mais notável desses inúmeros crescimentos livres é que eles continuamente invadem o que antes era o domínio do Estado ou do Município. Um dono de casa em uma aldeia suíça às margens do Lago Lemman pertence agora a pelo menos uma dúzia de sociedades diferentes que lhe fornecem o que é considerado em outra parte como uma função do governo municipal. A federação livre de comunas independentes para fins temporários ou permanentes está no fundo da vida suíça, e para essas federações muitas partes da Suíça estão em dívida por suas estradas e fontes, seus ricos vinhedos, florestas bem conservadas e prados que o estrangeiro admira. E além dessas pequenas sociedades, substituindo-se pelo Estado dentro de alguma esfera limitada, não vemos outras sociedades fazendo o mesmo em uma escala muito maior?

Uma das sociedades mais notáveis que surgiu recentemente é, sem dúvida, a Sociedade da Cruz Vermelha. Para abater os homens nos campos de batalha, isso continua a ser dever do Estado; mas esses mesmos Estados reconhecem sua incapacidade de cuidar de seus próprios feridos: abandonam a tarefa, em grande medida, à iniciativa privada. Que dilúvio de escárnios não teria sido lançado sobre o pobre “utópico” que deveria ousar dizer há vinte e cinco anos que o cuidado dos feridos poderia ser deixado para as sociedades privadas! “Ninguém iria a lugares perigosos! Hospitais se reuniam onde não havia necessidade deles! As rivalidades nacionais resultariam na morte dos soldados pobres sem qualquer ajuda, e assim por diante” – tal teria sido o clamor. A guerra de 1887 mostrou quão perspicaz são esses profetas que nunca acreditam na inteligência humana, na devoção e no bom senso.

Esses fatos – tão numerosos e costumeiros que passamos sem notá-los – são, em nossa opinião, uma das características mais importantes da segunda metade do século XIX. Os organismos recém-mencionados cresceram tão naturalmente, tão rapidamente estendidos e tão facilmente agregados, eles são consequências inevitáveis da multiplicação das necessidades do homem civilizado, e tão bem substituem a interferência do Estado, que devemos reconhecer neles um fator crescente de nossa vida. O progresso moderno é, na verdade, para a agregação livre de indivíduos livres, de modo a suplantarem o governo em todas aquelas funções que anteriormente lhe eram confiadas, e que, na maioria das vezes, ele desempenhava tão mal.

Quanto ao governo parlamentar e ao governo representativo, eles estão caindo rapidamente em decadência. Os poucos filósofos que já mostraram seus defeitos resumiram apenas timidamente o crescente descontentamento público. Está se tornando evidente que é meramente estúpido eleger alguns homens e confiar-lhes a tarefa de fazer leis sobre todos os assuntos possíveis, dos quais a maioria deles é totalmente ignorante. Está se tornando entendido que a regra da maioria é tão defeituosa quanto qualquer outro tipo de regra; e a humanidade procura e encontra novos canais para resolver as questões pendentes. A União Postal não elegeu um parlamento postal internacional para fazer leis para todas as organizações postais aderentes à União. As ferrovias da Europa não elegeram um parlamento ferroviário internacional para regular o funcionamento dos trens e a divisão da renda do tráfego internacional. E as Sociedades Meteorológicas e Geológicas da Europa não elegeram parlamentos meteorológicos ou geológicos para planejar estações polares, ou estabelecer uma subdivisão uniforme de formações geológicas e uma coloração uniforme de mapas geológicos. Eles procederam por meio de acordo. Para concordar juntos, eles recorreram a congressos; mas, enquanto enviavam delegados a seus congressos, não lhes diziam: “Vote em tudo o que você quiser – nós obedeceremos”. Eles colocaram perguntas antecipadas e as discutiram primeiro; depois enviaram delegados familiarizados com a questão especial a ser discutida no congresso, e enviaram *delegados* – não governantes. Seus delegados retornaram do congresso sem leis em seus bolsos,

mas com *propostas de acordos*. Tal é o caminho assumido agora (o caminho muito antigo também) para lidar com questões de interesse público – não o modo de legislar por meio de um governo representativo.

O governo representativo cumpriu sua missão histórica; deu um golpe mortal na corte; e por seus debates, despertou o interesse do público em questões públicas. Mas ver nisso o governo da futura sociedade socialista é cometer um erro grosseiro. Cada fase econômica da vida implica sua própria fase política; e é impossível tocar as próprias bases da vida econômica atual – a propriedade privada – sem uma mudança correspondente na própria base da organização política. A vida já mostra em qual direção a mudança será feita. Não para aumentar os poderes do Estado, mas para recorrer à livre organização e à livre federação em todos os ramos que agora são considerados atributos do Estado.

As objeções acima podem ser facilmente previstas. Será dito, é claro: “Mas o que deve ser feito com aqueles que não mantêm seus acordos? O que fazer com aqueles que não estão dispostos a trabalhar? O que fazer com aqueles que preferem quebrar as leis escritas da sociedade, ou – na hipótese anarquista – seus costumes não escritos? O anarquismo pode ser bom para uma humanidade superior – não para os homens de nossos tempos”.

Em primeiro lugar, existem dois tipos de acordos: existe o livre que é inscrito na humanidade, – não por livre consentimento, como escolha livre entre diferentes cursos igualmente abertos a cada uma das partes concordantes. E há o acordo forçado, imposto por uma parte à outra, e aceito pela última por pura necessidade; na verdade, não é um acordo, é uma mera submissão à necessidade. Infelizmente, a grande parte do que agora são descritos como acordos pertence à última categoria. Quando um operário vende seu trabalho a um empregador e sabe perfeitamente que parte do valor de seu produto será injustamente tomada pelo empregador; quando ele vende sem a menor garantia de estar empregado até seis meses consecutivos, é uma triste zombaria chamar isso de um contrato livre. Os economistas modernos podem chamá-lo de livre, mas o pai da economia política – Adam Smith – nunca foi culpado de tal deturpação. Enquanto três quartos da humanidade forem compelidos a entrar em acordos com essa descrição, a força é obviamente necessária, tanto para fazer cumprir os supostos acordos quanto para manter tal estado de coisas. A força – e uma grande quantidade de força – é necessária para evitar que os trabalhadores tomem posse do que consideram injustamente apropriada por poucos; e a força é necessária para continuamente trazer novas “nações não civilizadas” sob as mesmas condições.

Mas não vemos a necessidade de força para fazer cumprir os acordos livremente contratados. Nós nunca ouvimos falar de uma penalidade imposta a um homem que pertencia à tripulação de um bote salva-vidas e em um dado momento preferiu abandonar a associação. Tudo o que seus camaradas fariam com ele, se ele fosse culpado de uma negligência grosseira, provavelmente seria se recusar a ter mais alguma coisa a ver com ele. Também não ouvimos falar de multas impostas a um contribuinte do dicionário por um atraso em seu trabalho, ou de *gendarmes* que levaram os voluntários de Garibaldi ao campo de batalha. Acordos livres não precisam ser cumpridos.

Quanto à tão frequentemente repetida objeção de que ninguém trabalharia se não fosse obrigado a fazê-lo por pura necessidade, ouvimos o suficiente antes da emancipação dos escravos na América, bem como antes da emancipação dos servos na Rússia. E nós tivemos a oportunidade de apreciá-lo pelo seu justo valor. Portanto, não devemos tentar convencer aqueles que só podem ser convencidos por fatos consumados. Quanto àqueles que raciocinam, eles devem saber que, se realmente foi assim com algumas partes da humanidade em seus estágios mais baixos, ou se é assim com algumas pequenas comunidades, ou indivíduos separados, trazidos para o desespero pelo mal sucesso em sua luta contra condições desfavoráveis, não é assim com a maior parte das nações civilizadas. Conosco, o trabalho é um hábito e a ociosidade um crescimento artificial. É claro que quando ser um trabalhador manual significa ser obrigado a trabalhar toda a vida por dez horas por dia, e muitas vezes mais, em produzir alguma parte de algo – uma cabeça de alfinete, por exemplo; quando significa receber salários em que uma família pode viver apenas sob a condição da mais estrita limitação de todas as suas necessidades; quando significa estar sempre sob a ameaça de ser jogado amanhã fora do emprego – e sabemos quão frequentes são as crises industriais e que miséria elas implicam; quando isso significa, em um grande número de casos, morte prematura em uma enfermaria indigente, se não no asilo; quando ser um trabalhador manual significa usar um selo de inferioridade para a vida aos olhos daquelas mesmas pessoas que vivem no trabalho dessas “mãos”; quando isso sempre significa a renúncia de todos aqueles prazeres superiores

que a ciência e a arte dão ao homem – oh, então não é de admirar que todos – os trabalhadores manuais também – tenham apenas um sonho: o de se elevar a uma condição onde outros trabalhariam para ele.

O excesso de trabalho é repulsivo para a natureza humana – não funciona. Excesso de trabalho para abastecer os poucos com luxo – não funciona para o bem-estar de todos. O trabalho é uma necessidade fisiológica, uma necessidade de gastar energia corporal acumulada, uma necessidade que é a saúde e a própria vida. Se tantos ramos de trabalho útil são tão relutantemente feitos agora, é simplesmente porque eles significam excesso de trabalho, ou eles são organizados de forma inadequada. Mas sabemos – o velho Franklin sabia disso – que quatro horas de trabalho útil todos os dias seriam mais do que suficientes para fornecer a todos o conforto de uma casa de classe média moderadamente bem cuidada, se todos nos entregássemos ao trabalho produtivo, e se não desperdiçássemos nossos poderes produtivos como os desperdiçamos agora.

Quanto à questão infantil, repetida por cinquenta anos: “Quem faria um trabalho desagradável?” francamente lamento que nenhum de nossos *savants* tenha sido levado a fazê-lo, seja por apenas um dia em sua vida. Se ainda há trabalho que é realmente desagradável em si, é apenas porque os nossos cientistas nunca se importaram em considerar os meios para torná-lo menos. Eles sempre souberam que havia muitos homens famintos que o faziam por alguns centavos por dia.

Quanto a terceira – a objeção principal, que mantém a necessidade de um governo para punir aqueles que violam a lei da sociedade, há muito a dizer sobre isso que dificilmente pode ser tocado incidentalmente. Quanto mais estudamos a questão, mais chegamos à conclusão de que a sociedade é responsável pelos atos antissociais perpetrados em seu meio, e que nenhuma punição, nenhuma prisão e nenhum carrasco pode diminuir o número de tais atos; nada menos que uma reorganização da própria sociedade.

Três quartos de todos os atos que são levados todos os anos perante os nossos tribunais têm a sua origem, direta ou indiretamente, no atual estado desorganizado da sociedade no que diz respeito à produção e distribuição da riqueza – não na perversidade da natureza humana. Quanto aos relativamente poucos atos antissociais que resultam de inclinações antissociais de indivíduos serenos, não é pelas prisões, nem mesmo pelo recurso aos carrascos, que podemos diminuir seus números. Por nossas prisões, nós simplesmente as multiplicamos, tornando-as piores. Pelos nossos detetives, nosso “preço do sangue”, nossas execuções e nossas cadeias, espalhamos na sociedade um fluxo tão terrível de paixões e hábitos básicos, que aquele que percebesse os efeitos dessas instituições em toda a sua extensão estaria assustado com o que a sociedade está fazendo sob o pretexto de manter a moralidade. Devemos *buscar* outros remédios e os remédios foram indicados há muito tempo.

É claro que agora, quando uma mãe em busca de alimento e abrigo para seus filhos deve passar por lojas cheias de iguarias refinadas de refinada gula; quando o luxo lindo e insolente é exibido lado a lado com a miséria mais execrável; quando o cão e o cavalo de um homem rico são bem mais cuidados do que milhões de crianças cujas mães ganham um salário lamentável na cova ou na oficina; quando cada vestido de noite “modesto” de uma dama representa oito meses, ou um ano, de trabalho humano; quando o enriquecimento às custas de outrem é o objetivo declarado das “classes superiores”, e nenhum limite distinto pode ser traçado entre meios honestos e desonestos de ganhar dinheiro – então a força é o único meio de manter tal estado de coisas. Então um exército de policiais, juízes e carrascos torna-se uma instituição necessária.

Mas se todas as nossas crianças – todas as crianças são *nossas* crianças – receberam uma boa instrução e educação – e nós temos os meios de ministrá-las; se toda família vivesse em um lar decente – e eles *poderiam*, no presente momento, aguçar nossa produção; se todo menino e menina aprendessem um artesanato ao mesmo tempo em que recebesse instrução científica, e *não* ser um produtor manual de riqueza, era considerado um sinal de inferioridade; se os homens vivessem em contato mais íntimo um com o outro, e tivessem continuamente contato com aqueles assuntos públicos que agora são investidos em poucos; e se, em consequência de um contato mais próximo, fomos levados a ter um interesse tão vivo pelas dificuldades e dores de nossos vizinhos como antes aceitávamos os de nossos parentes – então devemos classificar para policiais e juízes, para prisões e execuções. Ações antissociais seriam cortadas pela raiz, não punidas. As poucas disputas que surgiriam seriam árbitros de fácil resolução e não seria necessária mais força para impor decisões do que é exigido agora para impor as decisões dos tribunais de família da China.

E aqui somos levados a considerar uma grande questão: se tornaria de moralidade em uma sociedade que reconheceu as leis e proclamou a plena liberdade do indivíduo, a resposta é clara. A moralidade pública é independente de, anterior a, lei e religião. Até agora, os ensinamentos da moralidade foram associados aos ensinamentos religiosos. Mas a influência que os ensinamentos religiosos exerciam anteriormente na mente desapareceu ultimamente, e a sanção que a moral derivada da religião não tem mais o poder dela anteriormente. Milhões e milhões crescem em nossas cidades que têm a velha fé. É uma razão para jogar a moralidade acima e tratá-la com o mesmo sarcasmo que a cosmogonia primitiva?

Obviamente não. Nenhuma sociedade é possível sem certa moralidade geralmente reconhecida. Se todos crescessem, acostumados a enganar seus semelhantes; se nunca pudéssemos confiar na promessa e nas palavras um do outro; se todos tratassem seu companheiro como um inimigo, contra quem todos os meios de guerra justificariam – nenhuma sociedade poderia existir. E vemos que, apesar da decadência das crenças religiosas, os princípios da moralidade permanecem inabaláveis. Até vemos pessoas sem religião tentando elevar o padrão atual de moralidade. O fato é que os princípios morais são independentes das crenças religiosas: eles são anteriores a elas. Os primitivos Tchuktchis não têm religião: eles têm apenas superstições e medo das forças da natureza; e, no entanto, encontramos com eles os mesmos princípios de moralidade que são ensinados por Cristãos e Budistas, Muçulmanos e Hebreus. Não, algumas de suas práticas implicam um padrão muito mais alto de moralidade tribal do que o que aparece em nossa sociedade civilizada. De fato, cada nova religião tira seus princípios morais do único estoque real de moralidade – os hábitos morais que crescem com os homens assim que se unem para viver juntos em tribos, cidades ou nações. Nenhuma sociedade animal é possível sem resultar no crescimento de certos hábitos morais de apoio mútuo e até autossacrifício pelo bem-estar comum. Esses hábitos são uma condição necessária para o bem-estar das espécies em sua luta pela vida – a cooperação dos indivíduos é um fator muito mais importante na luta pela preservação da espécie do que a tão falada luta física entre indivíduos pelos meios da existência. Os “mais aptos” no mundo orgânico são aqueles que crescem acostumados à vida em sociedade; e a vida na sociedade implica necessariamente hábitos morais. No que diz respeito à humanidade, durante sua longa existência desenvolveu-se em seu núcleo um núcleo de hábitos sociais, de hábitos morais, que não podem desaparecer enquanto existirem as sociedades humanas. E, portanto, apesar das influências em contrário que estão agora em ação em consequência de nossas atuais relações econômicas, o núcleo de nossos hábitos morais continua a existir. A lei e a religião apenas as formulam e se esforçam para aplicá-las por meio de sua sanção.

Qualquer que seja a variedade de teorias da moralidade, todas podem ser submetidas a três categorias principais: a moralidade da religião; a moralidade utilitarista; a teoria dos hábitos morais resultantes das próprias necessidades da vida em sociedade. Cada moralidade religiosa santifica suas prescrições fazendo-as se originar da revelação; e tenta imprimir seus ensinamentos na mente por uma promessa de recompensa ou punição, seja nesta vida ou em uma vida futura. A moralidade utilitarista mantém a ideia de recompensa, mas a encontra no próprio homem. Convida os homens a analisar seus prazeres, classificá-los e dar preferência àqueles que são mais intensos e mais duráveis. Devemos reconhecer, no entanto, que, embora tenha exercido alguma influência, esse sistema foi julgado artificial demais pela grande massa de seres humanos. E finalmente – quaisquer que sejam suas variedades – existe o terceiro sistema de moralidade que vê nas ações morais – naquelas ações que são mais poderosas para tornar os homens mais aptos para a vida em sociedade – uma mera necessidade do indivíduo de desfrutar das alegrias de seus irmãos, de sofrer quando alguns de seus irmãos estão sofrendo; um hábito e uma segunda natureza, lentamente elaborados e aperfeiçoados pela vida em sociedade. Essa é a moralidade da humanidade; e essa é também a moralidade do anarquismo.

Tais são, em um breve resumo, os principais princípios do anarquismo. Cada um deles machuca muitos preconceitos, e, no entanto, cada um deles resulta de uma análise das próprias tendências exibidas pela sociedade humana. Cada um deles é rico em consequências e implica uma revisão completa de muitas opiniões atuais. E o anarquismo não é um mero insight de um futuro remoto. Agora, qualquer que seja a esfera de ação do indivíduo, ele pode agir, seja de acordo com os princípios anarquistas ou em uma linha oposta. E tudo o que pode ser feito nessa direção será feito na direção para a qual continuará o desenvolvimento. Tudo o que pode ser feito de maneira oposta será uma tentativa de forçar a humanidade a ir aonde ela não irá.

Nota Adicional ao “Comunismo Anarquista”

Os escritos anteriores de Kropotkin sobre os métodos de organização da produção e distribuição após uma tomada revolucionária de propriedade baseavam-se na suposição de que haveria suficiência de bens para que cada um pegasse o que precisava e trabalhasse tanto quanto se sentisse capaz. Depois de sua experiência com a Revolução Russa, chegou a uma conclusão totalmente contrária. Ele reconheceu os obstáculos à produção em uma nova base, bem como a pobreza do mundo capitalista e expressou sua mudança de opinião em um pós-escrito para a edição russa de *Words of a Rebel*, publicada em 1919. Seu método para organizar a produção segue seu ensinamento anterior, mas sua declaração após a Revolução Russa acrescenta interesse a ele.

Notas

Biblioteca Anarquista



Piotr Kropotkin
Comunismo Anarquista: Sua Base e Princípios
1891

dwardmac.pitzer.edu

Titulo Original: *Anarchist Communism: Its Basis and Principles*. Tradução e Revisão por André
Tunes @Núcleo de Estudos Autônomo Anarco Comunista.
Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada
a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org